



## JUSTIÇA

### Direção-Geral da Política de Justiça

#### Aviso n.º 2772/2020

*Sumário:* Recrutamento de dois técnicos superiores (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, na Unidade de Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

#### **Recrutamento de dois técnicos superiores (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, na Unidade de Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça**

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar dois Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, para o exercício de funções, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar: Incumbe à Unidade de Cooperação Internacional, no âmbito do Gabinete de Relações Internacionais, o desenvolvimento das competências constantes do Despacho n.º 11190/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de novembro.

III — Perfil pretendido:

- a) Ser detentor de Licenciatura, ou superior, em Direito ou em Relações Internacionais;
- b) Experiência profissional anterior na área das relações internacionais e da cooperação para o desenvolvimento, designadamente, na preparação de elementos necessários ao apoio para a definição das políticas em áreas de competência sectoriais;
- c) Experiência na participação em reuniões nacionais e de coordenação de preparação de reuniões bilaterais e multilaterais;
- d) Experiência na negociação de acordos ou de outros instrumentos em matéria de cooperação internacional, em articulação com outros departamentos e serviços;
- e) Bons conhecimentos de inglês, falado e escrito e, preferencialmente, de espanhol.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus de Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar por correio eletrónico requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo



montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça  
(procedimento de recrutamento — Unidade de Cooperação Internacional)  
correio@dgpj.mj.pt

VI — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório e apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21-7924000/Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

27 de janeiro de 2020. — O Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, *Miguel Romão*.

312975248